

Mulheres negras ocupando espaços por meio de narrativas e “escrevivências”

Black women occupying spaces through narratives and “escrevivências”

Mariana Alves de Sousa ¹
Maria Valéria Barbosa²

RESUMO

O presente trabalho apresenta reflexões sobre a importância de ampliar o debate interseccional a favor da construção de narrativas descoloniais. Nosso objetivo é evidenciar como a metodologia da *escrevivência* pode corroborar o processo emancipação de mulheres negras na sociedade como *sujeito*.

PALAVRAS-CHAVE: Interseccionalidade. Escrevivência. Mulheres negras.

ABSTRACT

This research presents reflections on the importance of expanding the intersectional debate in favor of building decolonial narratives. Our goal is to show how the “*escrevivência*”s methodology can corroborate the process of emancipation of black women in society as a *subject*.

KEYWORDS: Intersectionality. Escrevivência. Black women.

* * *

Introdução

A interseccionalidade corresponde a uma abordagem teórico-metodológica desenvolvida a partir dos esforços intelectuais e políticos de feministas negras norte americanas, caribenhas e também latino-americanas. Estas vislumbravam conquistar sua representação política no movimento

¹ Possui licenciatura e bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e mestrado em Sociologia pelo Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio/UNESP Marília). Possui pesquisas sobre interseccionalidade relacionada ao Ensino de Sociologia. E-mail: ma.sousa@unesp.br

² Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciência, *campus* Marília. Atua nos cursos de graduação de Ciências Sociais e Pedagogia e Pós-graduação em Ciências Sociais na mesma instituição. Tem experiência de ensino e pesquisa na área de Sociologia da Educação, com ênfase nos seguintes temas: negro e educação, análise política educacional, processos de ensino e aprendizagem e Teoria Histórico-cultural, Ensino de Sociologia, cidadania e direitos humanos. E-mail: valeria.barbosa@unesp.br

feminista que, comumente, secundarizava os marcadores sociais da diferença de raça e classe (que se interseccionam) e, conseqüentemente, as pautas das mulheres negras cujas vivências eram marcadas por especificidades distintas às das mulheres brancas.

Conforme apresentou Dayane N. Conceição de Assis (2019) em seus estudos sobre “Interseccionalidades”, o termo foi inicialmente apresentado³ por Kimberlé Crenshaw (1989) em seu texto “Desmarginalizando a intersecção de raça e sexo: uma crítica feminista negra da doutrina antidiscriminação, teoria feminista e políticas antirracistas”⁴ tendo sido retomado pela autora em 1991, em “Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres de cor”⁵.

[...] desde então, o termo demarca o paradigma teórico e metodológico da tradição feminista negra, promovendo intervenções políticas e letramentos jurídicos sobre quais condições estruturais o racismo, o sexismo e violências correlatas se sobrepõem, discriminam e criam encargos singulares às mulheres negras. (CRENSHAW, 1991, p. 54 *apud* ASSIS, 2019, p. 19)

O objetivo da interseccionalidade não foi estabelecer rupturas no movimento feminista entre mulheres negras e brancas, mas sobretudo, reconhecer as diferenças que estruturam desigualdades e, a partir disso, criar formas de resistência política de forma a não hierarquizar as opressões (RIBEIRO, 2019)⁶. A interseccionalidade representa um instrumento que

³ Podemos considerar, que o livro “A mulher na sociedade de classes” de Heleieth Saffioti seja uma obra pioneira neste debate, porém o conceito da interseccionalidade não foi delineado nesta obra.

⁴ Versão original: *Desmarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*.

⁵ Versão original: *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color*. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/mapping-the-margins-intersectionality-identity-politics-and-violence-against-women-of-color-kimberle-crenshaw1.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2020.

⁶ Djamila Ribeiro (2019) no prefácio do livro “Interseccionalidade”, de Carla Akotirene.

potencializa reconhecer diversidade das pessoas que foram historicamente e socialmente subalternizadas e, a partir disso, promover o reconhecimento da humanidade das mesmas. Nessa perspectiva, Carla Akotirene (2019) permite interpretar que a interseccionalidade concebe um ato de posicionamento do feminismo negro diante das opressões da sociedade “branca de base europeia”, que propicia a perspectiva de um “feminismo global e hegemônico como voz única”. (AKOTIRENE, 2019, p. 11)

bell hooks (2015) evidenciou que uma das problemáticas do feminismo moderno é a crença de que “todas as mulheres são oprimidas”, que indica que todas as mulheres compartilham de experiências singulares em relação as opressões vividas, independente dos marcadores sociais da diferença que atravessam suas existências – como raça, classe, orientação sexual, fator geracional, etc.

Em relação ao sexismo, bell hooks (2015) afirmou que embora esta seja uma forma de violência e dominação institucionalizada, o não reconhecimento das especificidades das mulheres que encaram tal dominação pode produzir a inobservância do feminismo aos outros eixos de poder que devem ser combatidos, a exemplo do racismo. Em outras palavras, o sexismo opera de formas distintas nas realidades de diferentes mulheres e nesse sentido, “ser oprimida significa a ausência de opções”. (bell hooks, 2015, p. 197)

Nessa perspectiva bell hooks (2015) criticou a obra “A mística feminina” de Betty Friedan (1971) em razão do reducionismo das experiências femininas às realidades de mulheres estadunidenses de classe privilegiada.

Problemas e dilemas específicos de donas de casa brancas da classe privilegiada eram preocupações reais, merecedores de atenção e transformação, mas não eram preocupações políticas urgentes da maioria das mulheres, mais preocupadas com a sobrevivência econômica, a discriminação étnica e racial etc. Quando Friedan escreveu *A mística feminina*, mais de um terço de todas as mulheres estava na força de trabalho. Embora muitas

desejassem ser donas de casa, apenas as que tinham tempo livre e dinheiro realmente podiam moldar suas identidades segundo o modelo da mística feminina. (bell hooks, 2015, p. 194)

Para bell hooks (2015), a grande problemática não era evidenciar o sexismo e as heranças patriarcais inerentes ao serviço doméstico designado às mulheres de classes privilegiadas que cuidavam dos afazeres da casa enquanto os homens ocupam o âmbito público pelo mercado de trabalho, mas sim, não se atentar ao fenômeno do racismo estrutural que produzia outros efeitos na realidade de mulheres não brancas, constituindo entraves para que estas pudessem se organizar politicamente. Consequentemente, o feminismo moderno proposto com base nos vieses de classes privilegiadas e brancas, inviabilizava a identificação e a representação das pautas relativas a realidades femininas, negras e de classes não abastadas.

É possível inferir que os movimentos sociais (como o movimento feminista negro), os coletivos políticos e os grupos de estudos são espaços formativos que possuem o papel de desenvolver agendas políticas em prol da garantia de direitos aos(às) cidadãos(ãs) que representam, construir formas de conhecimento emancipadoras e para além disso, permitem ressignificar a existência daquelas e daqueles que os constituem. Parafraseando o que Nilma Lino Gomes (2017) pontuou sobre o caráter emancipador do Movimento Negro, assim como este traz à luz o debate sobre o racismo para o âmbito público, a interseccionalidade entre raça e gênero presente no feminismo negro também pode potencializar as possibilidades de ressignificação da raça e do gênero, concedendo-lhes “um traço emancipatório e não inferiorizante” (GOMES, 2017).

A perspectiva de potencial emancipador presente no Movimento Negro apresentada por Gomes (2017), permite vislumbrar que a ressignificação da raça e do gênero para além de um lugar “subalterno” (KILOMBA, 2019). Esta visão propõe o questionamento da história da população negra feminina no

Brasil e constrói novas narrativas e epistemologias que evidenciam e desenvolvem instrumentos de resistências ao racismo e sexismo que existe não apenas “na estrutura do Estado, mas também na vida cotidiana das suas próprias vítimas”. (GOMES, 2017, p. 21)

Na medida em que essas novas narrativas são desenvolvidas de modo que as mulheres negras se tornam os próprios *sujeitos* (KILOMBA, 2019) de suas epistemologias, é possível perceber, gradativamente, o processo de ressignificação de suas identidades que, outrora foram subjugadas pela história colonial, constituindo uma perspectiva de autonegação.

Empregamos o termo *sujeito* em itálico a fim de pontuar que a língua também é uma aliada no processo de perpetuação das “relações de poder e violência, pois cada palavra define um lugar de identidade” (KILOMBA, 2019, p. 14). A ausência da versão feminina na língua portuguesa para o termo *sujeito* indica a problemática da anulação de uma identidade. Em contrapartida, tornar-se *sujeito* das próprias narrativas significa assumir um papel preponderante nos espaços políticos e de construção de conhecimento, pois é o *sujeito* quem descreve sua própria história. Construir narrativas, portanto, corresponde a um ato político. (KILOMBA, 2019, p. 28).

O conhecimento e a “conscientização coletiva” (KILOMBA, 2019, p. 11) que surgem nesses processos evidenciam a importância que o debate interseccional possui nos movimentos sociais, nos estudos de gênero, classe, raça e, fundamentalmente, na vida cotidiana. Grada Kilomba (2019) ressalta a importância de um “percurso de conscientização coletiva”

[...] pois uma sociedade que vive na *negação*, ou até mesmo na *glorificação* da história colonial, não permite que novas histórias sejam criadas. Nem permite que seja, a responsabilização, e não a moral, a criar novas configurações de poder e conhecimento. Só quando se reconfiguram as estruturas de poder é que muitas identidades marginalizadas podem também, finalmente, reconfigurar a noção de conhecimento. (KILOMBA, 2019, p. 12, 13)

Nesse sentido, é possível evidenciar como a ausência de debates interseccionais pode corroborar o processo de epistemicídio de narrativas constituídas por mulheres negras sobre suas realidades sociais, além de ser uma égide para as causas de sofrimentos psíquicos que se desdobram diante dos reflexos objetivos da estrutura social nas subjetividade dos *sujeitos*, negligenciando a construção de suas identidades.

Sueli Carneiro (2005) apresentou o conceito de epistemicídio de Boaventura de Sousa Santos (1995)⁷ como sendo mais um elemento que consubstancia as dimensões do racismo. O epistemicídio corresponde a um dos instrumentos mais “eficazes e duradouros da dominação étnica/racial”, pois produz o enaltecimento das formas de conhecimento produzidas por grupos dominantes em detrimento dos saberes construídos por grupos sociais subalternizados. Para Santos (1995), o epistemicídio produz um processo de aniquilação da “racionalidade, da cultura e da civilização” desses grupos (CARNEIRO, 2005, p. 96).

[...] para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de desqualificação do negro como portador e produtor do conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima [sic] pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. (CARNEIRO, 2005, p. 97)

Desse modo, a invisibilização da diversidade de saberes gera a homogeneização dos conhecimentos que descrevem as especificidades dos diferentes *sujeitos* e, conseqüentemente, produz a negação da existência dos mesmos. A degradação moral decorrente da discriminação racial

⁷ Carneiro (2005) utilizou a referência SANTOS, S. Boaventura. *Pela Mão de Alice*. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

interseccionada à desigualdade de gênero, pode causar às mulheres negras sofrimentos psíquicos que reproduzem a perspectiva de negação da existência, uma vez que esses *sujeitos* internalizam o racismo que lhes atinge.

Jurema Werneck (2016) reproduziu o modelo interpretativo proposto por Camara Phyllis Jones (2002)⁸ para explicar a existência das três principais dimensões do racismo, sendo elas: a dimensão institucional, interpessoal e internalizada. Todas as formas de racismo se articulam de forma estrutural, gerando aos grupos sociais racializados e em geral emoções, pensamentos e ações que se desdobram sobre “processos e políticas institucionais” (WERNECK, 2016, p. 541).

O racismo internalizado representa a dimensão relacionada ao campo das emoções e dos sentimentos. Este repercute não apenas na conduta da vítima, mas também na do ator, à medida que reforça hierarquias de inferioridade e superioridade e relações de recusa e aceitação. A forma com que os indivíduos se manifestam diante de episódios de racismo revela como a dimensão internalizada do racismo se faz ou não presente em suas condutas.

Segundo Jones (2002), o racismo internalizado traduz a “aceitação” dos padrões racistas pelos indivíduos, incorporando visões e estigmas. O racismo interpessoal se expressa em preconceito e discriminação, condutas intencionais ou não entre pessoas. (WERNECK, 2016, p. 541)

Face aos efeitos da reprodução das heranças da história colonial na vivência dos *sujeitos* subalternizados que têm suas existências e epistemologias desqualificadas, surge a tendência de naturalização do racismo internamente. O racismo internalizado produz a negação de si em

⁸ Werneck utiliza a referência JONES, C. P. *Confronting institutionalized racism. Phylon*, Atlanta v. 50, n. 1, p. 7-22, 2002. Traduzido para a versão em português como *Confrontando o racismo institucional*.

função da aceitação dos estigmas inferiorizantes que o epistemicídio e as demais dimensões do racismo produzem em suas realidades sociais.

Na perspectiva de Kabengele Munanga (2014) presente no livro de estudos sobre “Psicologia social do racismo”, o autor considerou fundamental realizar análises sobre as consequências que o “racismo à brasileira⁹”, (MUNANGA, 1996) marcado pela miscigenação, possui no processo de interiorização de estigmas sobre pessoas negras. A interiorização do racismo deixa marcas no imaginário de suas vítimas e nas representações coletivas, interferindo no processo de construção de suas identidades.

A interiorização pode, a rigor, levar à alienação e à negação da própria natureza humana para os que nascem escuros, oferecendo-lhes como um único caminho de redenção o embranquecimento físico e cultural, trilhado pela miscigenação e pela mestiçagem cultural. Como todas ideologias, o branqueamento precisa ser reproduzido através dos mecanismos da socialização e da educação. Nesse sentido, a maioria da população, negra e branca, introjetou o ideal de branqueamento que inconscientemente não apenas interfere no processo de construção da identidade do ser negro individual e coletivo, como também na construção da autoestima geralmente baixíssima da população negra e da supervalorização idealizada da população branca. (MUNANGA, 2014, p. 11)

O racismo não desumaniza apenas àqueles que atinge, mas também àqueles que o reproduzem em suas práticas e ideologias. Entretanto, a partir da ampliação dos debates acerca desse fenômeno, os coletivos e grupos de estudo propostos para discutir essas temáticas de forma interseccional fornecem subsídios à luta política em combate às discriminações que subjugam grupos sociais dos quais mulheres negras fazem parte.

⁹ Kabengele Munanga (1996) considera que uma das dimensões mais nocivas do racismo é o silêncio. Para o autor, o racismo à brasileira possui um aspecto implícito por ser negado e, aparentemente não institucionalizado, “objeto de segredo e tabu, submetidos ao silêncio”.

Essas ações também podem ressignificar as identidades dos *sujeitos* que se apropriam da construção de suas narrativas a medida em que esses se reconhecem como tal. Reiterando as proposições de Kilomba (2019), a autora se baseia em bell hooks (1989)¹⁰ para problematizar as posições de *sujeito* e *objeto* no processo de construção de narrativas como um ato político. *Tornar-se sujeito* significa se deslocar da posição de *objeto* na qual nossa realidade é definida pelo outro, bem como nossas identidades. Ser *sujeito* envolve um propósito de “obrigação moral”, pois a partir do protagonismo da escrita sobre a própria realidade, a história pode “ser interrompida, apropriada e transformada” (bell hooks, 1990¹¹, p. 152 *apud* KILOMBA, 2019, p. 27).

Assim, considera-se possível ampliar o sentido de *tornar-se sujeito* por meio da identificação que mulheres negras podem ter através do contato com as epistemologias que representam suas realidades e muitas vezes são negligenciadas e ocultadas. Esse contato pode ocorrer por meio da articulação de grupos de produção e construção de conhecimento intelectual acerca de suas negritudes e da politização que surge simultaneamente nesse processo.

Dessa forma, assim como a ideologia do branqueamento dos *sujeitos* e dos saberes é reproduzida nos espaços de socialização e educação (MUNANGA, 2014), a abordagem teórico-metodológica da interseccionalidade pode cumprir um papel contra-hegemônico nesse contexto. À medida que esta engaja a participação de mulheres que possuem diversas identidades de atravessadas por diferentes eixos de poder – raça, classe, gênero, fatores geracionais, orientação sexual, etc. –, também possui a potencialidade de impulsionar o protagonismo dessas mulheres nos espaços

¹⁰ Kilomba (2019) utilizou a referência de bell hooks (1989) *Talking back: thinking feminist, talking black*. Traduzido para o português como *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*.

¹¹ Kilomba (2019) utilizou a referência de bell hooks (1990) *Yearning. Race, Gender and Cultural Politics*. Traduzido para o português como *Anseios: raça, gênero e políticas culturais*.

de formação política e construção de saberes, de modo que também possam ser *sujeitos* autônomos no processo de edificação de suas narrativas.

Conforme apresentaram Bambilra, Nothalf e Lisboa (2019) na perspectiva de Catherine Walsh (2009)¹², a colonialidade atravessa todos as áreas da vida social, incluindo a área dos saberes. A colonialidade dos saberes é justamente o estabelecimento do eurocentrismo como o viés universal do conhecimento, que “descarta, desqualifica a existência e a viabilidade de outras racionalidades epistêmicas e outros conhecimentos que não sejam de homens brancos europeus” (BAMBIRRA; NOTHALF; LISBOA, 2019, p. 148). Retomando a concepção de Kilomba (2019), as heranças do processo de colonização se estruturam presentemente pelas manifestações de racismo cotidiano.

A escravização, a colonização e o racismo cotidiano necessariamente contém o trauma de um evento de vida intenso e violento, evento para o qual a cultura não fornece equivalentes simbólicos e aos quais o *sujeito* é incapaz de responder adequadamente, porque como Claire Pajaczkowska e Lola Young (1992, p. 200) argumentaram, “a realidade da desumanização do povo negro é aquela que não há palavras adequadas para simbolizar”. (KILOMBA, 2019, p. 214)

Catherine Walsh se refere à descolonização para evidenciar o exercício de afastamento de teorias hegemônicas, como o eurocentrismo. Nesse sentido, a descolonização representa uma categoria que constitui um marco de “virada de paradigma” em que as teorias feministas adquirem novos *sujeitos* preponderantes para descrevê-las e novas vozes para as narrar (SCHEIBE; GASPARETTO, 2019, p. 64). Assim, estabelecer o debate teórico e político em perspectivas interseccionais deve ser um compromisso àqueles(as) que

¹² As autoras utilizam a referência de WALSH, C. *Desde Abya Yala: temas de interculturalidad crítica*. Chiapas, México, 2009. Versão em português traduzida como *De Abya Yala: questões interculturais críticas*.

vislumbram resistir às múltiplas formas de dominação vigentes na sociedade moderna capitalista e corroborar as lutas daqueles(as) que vivenciam os reflexos das distintas formas de poder cotidianamente.

Para tanto, é fundamental descolonizar os saberes a fim de emancipar os *sujeitos*, pois o passado colonial foi “memorizado” e, portanto, “não foi esquecido. [...] Às vezes preferimos não lembrar, mas não se pode esquecer.” (KILOMBA, 2019, p. 213). Em outras palavras, as heranças da colonização foram estruturadas objetivamente na sociedade e, subjetivamente, no imaginário das pessoas que resistem a essas heranças. Portanto, não se pode deixar de retomar as consequências desse passado para construir narrativas descoloniais.

1 “*Escrevivência*” como ferramenta de (re)existência

Considerando as questões referidas acima podemos vislumbrar que outras formas de reconstrução da narrativa podem proporcionar o resgate de novas perspectivas para a construção de ser *sujeito*. Acreditamos que a *escrevivência* pode ser uma destas possibilidades.

Maria de Lourdes Rossi Remenche e Juliano Sippel (2019) se dedicaram a analisar como a *escrevivência* cunhada pela escritora Conceição Evaristo é capaz de provocar a “regularidade da memória social” sobre a população negra brasileira. A *escrevivência*, portanto, é o ato de expressão da realidade de Evaristo por meio de suas escritas. Evaristo é uma mulher negra oriunda da periferia, logo, sua realidade é atravessada pelos marcadores de raça, classe e gênero e se assemelha à realidade de outras mulheres negras do Brasil. Nessa perspectiva, a autora demarca o estreitamento entre sua vivência e a situação da população negra brasileira diante dos reflexos do racismo estruturado, designando a *escrevivência* “para nomear uma escrita que se mescla com a sua vivência, com o relato das suas memórias e das de seu povo”. (REMENCHE; SIPPEL, 2019, p. 44).

Quando eu usei o termo é... *escrevivência* [...] se é um conceito, ele tem como imagem todo um processo histórico que as africanas e suas descendentes escravizadas no Brasil passaram. Na verdade, ele nasce do seguinte: quando eu estou escrevendo e quando outras mulheres negras estão escrevendo, é... me vem muito na memória a função que as mulheres africanas dentro das casas-grandes escravizadas, a função que essas mulheres tinham de contar história para adormecer os da casa grande, né... a prole era adormecida com as mães pretas contando histórias. Então eram histórias para adormecer. E quando eu digo que os nossos textos, é..., ele tenta borrar essa imagem, nós não escrevemos pra adormecer os da casa-grande, pelo contrário, pra acordá-los dos seus sonos injustos. E essa *escrevivência*, ela vai partir, ela toma como mote de criação justamente a vivência. Ou a vivência do ponto de vista pessoal mesmo, ou a vivência do ponto de vista coletivo. (EVARISTO, 2017¹³, *apud* REMENCHE; SIPPEL, 2019, p. 44)

A *escrevivência* pode ser fomentada pelos diálogos insurgentes que ocorrem em grupos de estudo, coletivos políticos e movimentos sociais, pois representa um instrumento de resistência em um contexto em que corpos e saberes negros femininos ainda são negligenciados e o racismo internalizado repercute de forma violenta física e psicologicamente. A exemplo disso, citamos algumas observações de bell hooks (2019) após participar de uma reunião entre mulheres, homens e crianças negras no Conselho de Violência Doméstica.

Em “Olhares negros: raça e representação” bell hooks (2019) destacou que a violência nos relacionamentos familiares era recorrente nos relatos de mulheres negras presentes naquele espaço. Nesses contextos, essas mulheres também assumiam um papel abusivo e violentas fisicamente umas com as

¹³ Remenche e Sippel (2019) retiraram o fragmento da entrevista de *Escritora Conceição Evaristo é convidada do Estação Plural*: depoimento. Entrevistadoras(es): Ellen Oléria, Fernando Oliveira e Mel Gonçalves. TVBRASIL, 2017. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xn2gj1hGsoo>. Acesso em 26 ago. 2020.

outras e, diante disso, bell hooks (2019) pontuou a presença da autorrejeição dessas mulheres para com suas imagens e semelhantes.

Entre mulheres negras, essa dor internalizada tão profunda e a autorrejeição estimulam a agressividade direcionada à imagem do espelho – outra mulher negra. (bell hooks, 2019, p. 54)

bell hooks (2019) se remeteu ao ensaio “Olho no Olho: mulheres negras, ódio e raiva¹⁴” de Audre Lorde (1984) para aprofundar a reflexão sobre como a coletividade e a conscientização entre mulheres negras representa um instrumento de resistência política e de ressignificação da existência, em contrapartida à internalização dos estigmas inferiorizantes que as dimensões do racismo provocam.

Nós não amamos a nós mesmas, por isso não podemos amar uma à outra. Porque vemos no rosto da outra o nosso próprio rosto, o rosto que nunca deixamos de querer. Porque sobrevivemos, e sobreviver, gera o desejo por mais de nós mesmas. Um rosto que nunca deixamos de querer, ao mesmo tempo em que tentamos destruir. (LORDE, 1984, *apud* HOOKS, 2019, p. 55)

É possível inferir que o reconhecimento da raiva e da autorrejeição em espaços de debate e formação política podem se tornar consciência política à medida em que possibilitam reconhecer a raiva como um dos reflexos do racismo cotidiano internalizado, criando assim, estratégias de apoio crítico coletivo. O protagonismo nos debates que mencionam suas próprias realidades e o papel de *sujeito* capaz de construir *escrevivências*, representa um processo de “empoderamento” que potencializa mulheres negras a insurgirem por si mesmas, conseqüentemente, por suas semelhantes em prol da construção de uma sociedade antirracista e antissexista.

¹⁴ O referido ensaio também está presente no livro de Audre Lorde, intitulado *Sister Outsider*. Traumannsburg, Nova York: Crossing Press, 1984. Traduzido para versão em português como *Irmã outsider*.

Gayatri C. Spivak (2010) estabeleceu a crítica sobre a forma como as epistemologias ocidentais tem apresentado o *sujeito* do Terceiro Mundo, considerando a Europa como o centro para esses debates, bem como a referência dos *sujeitos* europeus. De acordo com a autora, as críticas do Ocidente têm o intuito de manter o sujeito ocidental na posição de centralidade cultural, política e epistêmica, desconsiderando a existência de outras possibilidades de identidade, existências e saberes.

Para Spivak (2010), o *subalterno* não é genericamente qualquer indivíduo marginalizado. Assim como Gramsci postulou em relação à figura do “proletariado”, o *subalterno* é aquele “cuja voz não pode ser ouvida”.¹⁵

[...] descreve as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão do mercado, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante. (SPIVAK, 2000, p. 20 *apud* ALMEIDA, 2010, p. 12)¹⁶

Considerando que as mulheres negras são subalternizadas pelo racismo cotidiano interseccionado ao sexismo e ao machismo, é importante relacionar a perspectiva de Spivak (2010) à posição dessas mulheres nesse contexto. Em seu título “Pode o subalterno falar?”, a autora demarca os entraves do *sujeito* subalterno “recuperar sua voz” e se posicionar em uma conjuntura estabelecida pelo “regime repressivo do colonialismo e do racismo” (KILOMBA, 2019, p. 47). Entretanto, Spivak (2010) nos permite pensar que as críticas à soberania imposta pelo Ocidente ao *sujeito* europeu e aos saberes eurocêntricos, pode “inaugurar um Sujeito” (SPIVAK, 2010, p. 21). Podemos considerar que este *sujeito* pode ser representado por mulheres negras que ressignificam suas identidades a partir do contato com narrativas

¹⁵ Sandra Regina Goulart Almeida no prefácio de SPIVAK, G. “*Pode o subalterno falar?*” (2010).

¹⁶ Almeida (2010) utiliza a referência SPIVAK, G. C. *Foreword: Unpon Reading the Companion to Postcolonial Studies*. In: SCHWARZ, Henry; RAY, Sangeeta (Eds.). *A Companion to Postcolonial Studies*. Oxford: Blackwell, 2000, p. 15-22.

interseccionais que são mencionadas e descritas por suas semelhantes e as potencializa a tornarem-se os próprios *sujeitos* de suas *escrevivências*.

Ainda que os *sujeitos* subalternizados sejam silenciados pelas estruturas de opressão, a ampliação de debates inverte a lógica de centralidade do sujeito Ocidental e europeu na produção e construção de saberes, pode conceder voz àqueles que outrora não foram ouvidos. A expressão dos aspectos cotidianos que estruturam a desigualdade racial, de classe e de gênero na vivência de mulheres negras também pode ser constituída por meio da escrita – ou da *escrevivência*. Portanto, o *sujeito* subalternizado pode, de fato, falar e para que isso ocorra, é necessário que nos apropriemos amplamente das formas de descolonizar os saberes, reconhecendo as especificidades que permeiam a existência das mulheres enquanto *sujeitos* diferentes.

Assim, vislumbramos formas de (re)existência e resistência política às mulheres negras como narradoras e escritoras de suas próprias realidades. Utilizamos o termo “(re)existência” para nos referir à possibilidade de ressignificar a realidade social e a subjetividade de mulheres negras, considerando que a tendência colonialista negligenciou a posição das mesmas na estrutura social e suas presenças enquanto *sujeitos* na produção e construção de saberes. (Re)existir significa construir narrativas na qual mulheres negras possam ser *sujeitos* de suas próprias vivências, sejam elas verbalizadas ou descritas.

Considerações finais

Neste estudo buscamos demarcar como a interseccionalidade pode ser uma ferramenta teórico-metodológica e política capaz de possibilitar a construção de narrativas que descentalizem o sujeito Ocidental no campo da produção dos saberes. A partir disso, consideramos que a observação das especificidades da realidade social de mulheres negras que a

interseccionalidade propicia, pode ressignificar suas existências objetiva e subjetivamente de forma emancipatória.

Esse processo pode ocorrer na medida em que os eixos de poder como raça, classe, gênero e demais marcadores sociais são problematizados pelas narrativas de mulheres negras, fornecendo subsídios para que esses fenômenos constituam epistemologias nas quais essas mulheres deixam de ser apenas objetos e tornam-se *sujeitos*.

bell hooks usa esses dois conceitos de “sujeito” e “objeto” argumentando que sujeitos são aqueles que “têm o direito de definir suas próprias realidades, estabelecer suas próprias identidades, de nomear suas histórias”. (hooks, 1989, p. 42 *apud* KILOMBA, 2019, p. 28)

A partir disso, surge a possibilidade construir um processo de "conscientização coletiva" (KILOMBA, 2019), no qual as mulheres negras podem assumir o protagonismo da narrativa e da descrição de suas vivências e reconfigurar a perspectiva de silenciamento e autonegação consequentes do colonialismo e do racismo cotidiano.

Em contrapartida, foi possível desvelar como o epistemicídio apresentado por Carneiro (2005) na ótica de Boaventura de Sousa Santos (1995) é um reflexo clarividente das heranças do colonialismo que incide na realidade social de mulheres negras, reafirmando o eurocentrismo como a principal referência de saber. Assim, a anulação da existência de *sujeitos* negros e femininos se manifesta também no campo dos saberes, reforçando a dimensão internalizada do racismo que inferioriza suas imagens e saberes por si mesmos e pelo outro.

A partir das contribuições da psicologia social apresentadas por Munanga (2014), é possível perceber que a interiorização do racismo afeta a realidade material dos sujeitos negros por ser uma faceta do racismo estrutural, mas também atinge a subjetividade dos mesmos que internalizam

os estigmas de auto-negação. Apesar disso, os grupos de estudos, coletivos políticos e movimentos sociais representam espaços onde, se ampliado o debate interseccional, mulheres negras adquirem a potencialidade de ressignificar suas identidades como sujeitos preponderantes diante das narrativas acerca de suas próprias realidades.

A partir do processo de “conscientização coletiva” (KILOMBA, 2019), essas mulheres podem perceber e compreender as mazelas causadas pelos eixos de poder que se interseccionam e atravessam suas realidades sociais, mas também ressignificam suas existências por meio dessa consciência e das práticas cotidianas que insurgem como forma de resistência às dimensões do racismo e à desigualdade de gênero.

A *escrivivência* proposta por Conceição Evaristo pode vir a ser um exemplo dessas práticas, pois representa um instrumento fundamental no processo de construção possibilidades de (re)existências em que as mulheres negras sejam protagonistas de suas realidades, por meio da escrita ou da voz, ora silenciadas por si mesmas, ora pelo outro, mas sobretudo, pelo racismo estrutural e, portanto, internalizado.

A partir dessas reflexões, pudemos reafirmar que as estruturas de poder no sistema capitalista moderno ocidental são articuladas para situar as mulheres negras em um lugar de “*negação*, ou até mesmo de *glorificação* da história colonial” (KILOMBA, 2019, p. 11), produzindo a anulação de suas existências e narrativas. Conforme apresentou Kilomba (2019), a “conscientização coletiva” envolve “*negação, culpa, vergonha, reconhecimento e reparação*”. Assim, podemos compreender que parte da reparação pode ser potencializada pela ampliação do debate interseccional e pela a descolonização dos saberes, pois a partir disso a mulher negra *torna-se sujeito* e estabelece, nessa perspectiva, que a subalternizada têm voz.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen Livros, 2019. 152 p.

ASSIS, Dayane N. Conceição de. Feminismos negros e interseccionalidade no contexto norte-americano. In: *Interseccionalidades*. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação à Distância, 2019. 57 p.

BAMBIRRA, Natércia Ventura; NOTHAFT, Raíssa Jeanine; LISBOA, Teresa Kleba. A colonialidade de gênero e suas implicações para os estudos feministas. In:

SANTOS, Jenniffer Simpson dos; FACHINETTO, Rochele Fellini; SILVA, Rosimeri Aquino da (Org.). *Descolonizar a prática e o sexo*. Porto Alegre: Cirkula, 2019. Cap. 7. p. 21-311.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. 339 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Educação Junto À Área de Filosofia da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Cap. 10.

CRENSHAW, Kimberle. *Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics*. 1989. Disponível em: <<https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>>. Acesso em: 26 nov. 2020.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.

HOOKS, bell. Mulheres negras revolucionárias: nos transformando em sujeitas. In: HOOKS, bell. *Olhares negros: raça e representação*. [S.L]: Elefante, 2019. Cap. 3. p. 123-456. Tradução de Stephanie Borges.

HOOKS, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, n. 16, jan/abr, p. 193-210, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151608>. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000200193&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 17 ago. 2020.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. [S.L]: Cobogó, 2019. Tradução de Jess Oliveira.

LORDE, Audre. *Sister Outsider*. Traumansburg, Nova York: Crossing Press, 1984.

MUNANGA, Kabengele. As facetas de um racismo silenciado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (Org.). *Raça e Diversidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

MUNANGA, Kabengele. Prefácio. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 9-11.

REMENCHE, M. de L. R.; SIPPEL, J. A *escrivência* de Conceição Evaristo como reconstrução do tecido da memória brasileira. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 20, n. 2, p. 36-51, jul. 2019. DOI: <https://doi.org/10.26512/les.v20i2.23381>. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/23381>>. Acesso em: 26 ago. 2020.

SCHEIBE, Cristina; GASPARETTO, Vera. Fazendo gêneros decoloniais: academia e ativismo. In: SANTOS, Jenniffer Simpson dos; FACHINETTO, Rochele Fellini; SILVA, Rosimeri Aquino da (Orgs.). *Descolonizar a prática e o sexo*. Porto Alegre: Cirkula, 2019. Cap. 3. p. 61-79.

SPIVAK, Gayatri Chakrovorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 133 p. Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 535-549, set. 2016. FapUNIFESP (SciELO). DOI: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0104-129020162610>>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v25n3/1984-0470-sausoc-25-03-00535.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

Recebido em agosto de 2020.
Aprovado em novembro de 2020.